

ENTRE *LUZIAS* E *SAQUAREMAS*: O VISCONDE DE TAUNAY E OS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Maria Lídia Lichtscheidl Maretta (UNESP)

"Era comum ouvir-se dizer, em meados do século passado [*trata-se do século XIX*], não haver *nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder.*"
(Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*)

RESUMO: Este artigo analisa duas obras do Visconde de Taunay – o capítulo V do romance *A mocidade de Trajano* (1871) e a comédia *Por um triz coronel!* (1880) – com o objetivo de demonstrar que o registro da memória dos partidos políticos brasileiros durante o período imperial foi realizado ficcionalmente sob o viés cômico e que tal opção importou em determinadas consequências para a sua visão do período histórico considerado. O que depreendo da análise é uma visão impiedosa das práticas políticas imperiais brasileiras que não descarta qualquer possibilidade de pôr a nu mesmo o que, na aparência, se apresentava de forma sublime e elevada.

PALAVRAS-CHAVE: Visconde de Taunay; memória; século XIX; política partidária; narrativa; comédia.

ABSTRACT: This paper analyses two works by Visconde de Taunay – chapter V of the novel *A mocidade de Trajano* (1871) and the comedy *Por um triz coronel!* (1880) – with the aim to prove that the record of the memory of the Brazilian political parties during the imperial period was done fictionally by Taunay under the comical perspective and that this option has caused certain consequences for his vision of this historical period. What I deduce from analysis is a merciless vision of the Brazilian political imperial practices that does not discard of any possibility of unveiling what apparently showed itself in a sublime and high form.

KEYWORDS: Visconde de Taunay; memory; 19th century; partisan politics; narrative; comedy.

Há dois momentos da relativamente vasta obra ficcional do Visconde de Taunay dedicados à representação literária das artimanhas partidárias do Brasil Imperial. O primeiro deles é o capítulo V do

desconhecido romance do escritor – *A mocidade de Trajano*, de 1871, e o segundo é a comédia, também pouco conhecida, *Por um triz coronel*, de 1880. O objetivo deste estudo é demonstrar como tais textos contribuem para a memória política brasileira, ao proporem uma representação literária e cênica de práticas que nem sempre a história oficial costuma registrar.

O capítulo do romance se incumbe de, num viés cômico-satírico, representar a volubilidade partidária dos políticos do século XIX, ainda em sua fase imperial, ao narrar uma reunião entre fazendeiros políticos da região de Campinas-SP com vistas à efetivação de um acordo conciliatório entre os liberais (“luzias”) e os conservadores (“saquaremas”) do período, em função das eleições que se dariam naquele momento. Eis como o narrador anuncia o evento:

Tratava-se de um arranjo eleitoral para a chapa de deputados provinciais, e ambos os partidos, possuídos de desejo conciliatório que as tendências da política então dominante em todo o Brasil favoneavam por todos os meios, haviam procurado um terreno quase neutro – a casa de Sobral⁴ – para chegarem a um acordo. Esta tentativa poderia ser citada como precedente aberto na Inglaterra por Lorde Pickwick ou Lorde Kangaroo⁵, porém nenhum desses homens de tal sabedoria, se haviam pensado nisso, era só para evitar trabalho na eleição e sobretudo dispêndio pecuniário com que muito se agastavam. (p. 51)⁶

As razões para implantar a Conciliação não são como as inglesas: aqui elas não obedecem a princípios essencialmente políticos mas são reduzidas aos propósitos da facilitação dos trabalhos e da contenção de gastos. Além disso, o tom de superioridade do narrador – estampado na menção ao conhecimento que diz que tem e que as personagens não demonstram ter – é insistentemente acentuado em todo o desenrolar do capítulo. Esta posição coincide com a assumida por Sobral, o anfitrião que, além de receber a todos “com gesto um tanto altivo e ar aborrecido” (p. 51), sempre se mostra sério, comedido e eficiente na condução da reunião:

E Sobral, tomando a cabeceira da mesa, em breves palavras fez entrever qual o fim daquela reunião, a necessidade dela, a conveniência de moderação nos ajustes e sobretudo o desejo sincero de conciliação, que se tornaria patente nas prontas decisões e no laconismo daqueles que quisessem falar. (p. 53-54)

Tal defasagem entre Sobral e os outros é explorada de forma a depreciar as personagens, que adquirem o estatuto de estereótipos caricaturais representativas das causas do fracasso da conciliação partidária, executada historicamente conforme o projeto do Marquês do Paraná a partir de 1853. A esse respeito, convém examinar o que diz um historiador do período:

Para muitos historiadores o ideal da Conciliação é praticamente uma constante na vida política imperial. Embora verdadeira, esta compreensão do fenómeno pode mascarar o que teve de características específicas o período que vai de 1853 até a consolidação da Liga Progressista, período delimitado em que a Conciliação foi elevada a ideal tanto dos dois partidos como do Imperador, resultando numa prática parlamentar própria. (...) No cerne da Conciliação não deixaria de estar (...) a preocupação pelo desenvolvimento material da sociedade, através de uma política em que esta necessidade pudesse vir a ser satisfeita sem sofrer grandes oposições das elites rurais, a ponto de poder torná-la inviável. Ora, semelhante política não poderia ser feita com o apoio exclusivo de um só partido, mas precisava contar com a adesão dos mais diversos setores da classe dominante em torno do programa governamental. Para tanto era indispensável empreender, no âmbito dos dois partidos, um esforço de isolamento dos setores mais radicais. (DÓRIA, 1991, p. 299)

Em minha tese de doutorado (MARETTI, 1996, p. 102-104), concluo que o período correspondente à ação deste romance é extremamente pontuado, não só pelas datas que marcam o começo e o fim do romance (de 1853 a 1869), mas também por fatos, processos e detalhes históricos mencionados e por vezes ficcionalizados. Afirmando também que há diferenças de grau no aproveitamento ficcional desses dados, que vai desde a mera menção, quase que *en passant* e de forma gratuita, com resultados que afetariam a unidade e a organicidade do texto, tornando, segundo Antonio Candido, a “inclusão indigesta”, até a incorporação dos mesmos como elementos decisivos para a composição estrutural da narrativa, “facilitando a sua digestão” (CANDIDO, 1975, vol. 2, p. 134). Trata-se, segundo o meu ponto de vista, de mais uma dentre as várias estratégias discursivas acionadas por Taunay na execução dos muitos registros da memória de um período marcante da história política e cultural brasileira.

Como ocorrência clara da primeira destas duas atitudes narrativas pode ser encarado, dentre outros, este capítulo V, que conta com uma certa autonomia dentro do romance: ele pode ser facilmente

descartado da narrativa e parece responder somente a um mero propósito de registro histórico. Neste sentido, chamo a atenção para o viés crítico adotado pelo mesmo Antonio Candido, no artigo intitulado “Literatura de dois gumes”, no qual encara a literatura do Brasil “mais como fato histórico do que fato estético” pois o seu objetivo ali é o de mostrar de que maneira ela “está ligada a aspectos fundamentais da organização social, da mentalidade e da cultura brasileira, em vários momentos de sua formação.” (Candido, 1987, p. 163) É um pouco a partir desta perspectiva, então, que apresento aqui a leitura deste capítulo, tomado isoladamente.

Tais personagens de Taunay são tão estereotipadas que, ou não aparecem novamente ou, se aparecem, é de maneira a confirmar e estender o alcance da atuação original. E tal estereotipagem vem acompanhada de um ingrediente de comicidade que procura garantir a intensidade crítica. Eis como, no começo do capítulo, elas são descritas:

Às 11 horas do dia marcado para a reunião política, começaram a chegar os diversos representantes liberais e conservadores, uns escanchados em bons cavalos, outros em mulas gordas; estes com o chapéu-do-chile, aqueles com chapéus altos e de formas antiquadas. Nos trajos, notavam-se disparatadas combinações que obrigavam ao riso: gravatas colossais, casacas e sobretudo pretensiosos ou então descuidosos e já bem sovados. (p. 51)

A descrição, acentuando o aspecto antiquado das vestimentas das personagens, e aparecendo já no início do capítulo, cumpre o papel de sugerir implicitamente o misto de anacronismo e comicidade que envolve a sua atuação política.

Mas o clima entre os adversários político-partidários é tenso tanto porque “cumprimentavam-se com segura” (p. 51) quanto porque acontecem alguns embates na arena da luta de pouca consistência política que se trava entre eles. E isso é explorado sob o viés cômico a partir principalmente (mas não só) da figura do alferes da Guarda Nacional chamado Mocambira, que a todos provoca com suas *mises en scène* bélicas alusivas à iminente Guerra contra o Paraguai, que se daria só na década seguinte, mas que já apresentava sinais de inevitabilidade. Tais assomos belicistas, além de garantirem a comicidade da cena, insinuam a vinculação histórica do romance. Veja-se como este tom bélico-cômico se apresenta na narrativa:

Mocambira, acabado o tumulto, recomeçou com seus projetos bélicos:

- Se houver guerra - disse ele - estou como quero. Sou dos primeiros a apresentar-me e do meu batalhão há de ir muita gente. Quem for medroso deve ser conhecido. A coisa que eu mais desejo é ouvir balas e metralha.

O alferes acendia os olhos. Parecia estar comandando um pelotão em fogo. - Que diz, sr. Sobral? - Nada, absolutamente. Nunca ouvi essa música. - Dizem que não é de realejo - observou o sr. José Francisco, rindo-se com estrondo. - Isto mesmo é que quero! - exclamou Mocambira chamejante. - Ver morrer muita gente, uns esperneando, outros gemendo, eu só gritando fogo! Fogo! - e apontava com o braço para o lado de Silveiras que procurou refúgio atrás do comendador Mordelli. - Aí é que estarei nos meus gerais. Brasileiros de um lado, argentinos ou paraguaios do outro, ouvir a voz de - mata! mata! - e eu cutilando ... - Sr. alferes - interrompeu com tom adocicado o vigário - estes sentimentos violentos não são do nosso século. O senhor é militar, mas deve ser mais calmo...

Mocambira manteve-se a custo. Pareceu deixar escapar um argentino que a sua espada ia cortando em dois e disse, meio enfiado:

- Padre, assim é que entendo as coisas. E não é só parola. Venha a guerra e verão... (p. 53)

Os embates entre as personagens se dão em cinco momentos diferentes. O primeiro advém de um mero mal-entendido entre o nome de uma das personagens - Patrício Lopes - e o nome do então presidente da República do Paraguai - Carlos Antonio López⁷, incidente que já acirra ainda mais os ânimos:

Quando Trajano se aproximou de Mocambira, este gritou para Sobral:

- Comendador, seu filho já é um homem. É preciso pô-lo na Guarda Nacional; sou ajudante do corpo e quero bonitas praças e oficiais briosos. - Não tem a idade da lei. - ponderou Sobral. - Ora, que importa? É bom qualificá-lo cedo para arranjar-lhe os galões de oficial. Diga-me, parece que breve teremos guerra com o Lopes?

O sr. Patrício Lopes, que ouviu a pergunta feita por um liberal, supôs que fosse um ataque à sua pessoa e por isso respondeu com acrimônia e força:

- Em guerra ando eu sempre com os senhores, e hei de sempre andar. A reunião começa já mal. Se me insultam, não tenho mão em mim... é boa!

Houve uma gargalhada geral, na qual muitos entraram sem saber por quê. Patrício Lopes ficou roxo de raiva e, se logo não lhe tivessem explicado por miúdo o motivo da hilaridade, ter-se-ia retirado irreconciliável com todos os presentes. (p. 53)

O segundo choque se dá logo depois, numa interrupção ao discurso de João Bretas, personagem que tenta a todo custo articular sua fala em defesa da Conciliação. Note-se que a energia cômica é alcançada a partir do ritmo com que o incidente é narrado:

João Bretas que se sentara, pediu então com solenidade a palavra. Obteve-a sem custo, apesar dos grunhidos de descontentamento do tenente Fidélis e, depois de assoar-se nova e vagarosamente, começou com gesto apropriado e voz vibrante:

- O partido conservador, a que tenho a honra de pertencer, não duvidou aderir à idéia desta reunião política por isso que o convite partia dos liberais mais importantes da província de...

Mocambira pulou como um leão. Seus olhos saltavam das órbitas, sua guedelha demonstrava um furor imenso.

- É falso! - bradou com voz de estentor. É falso! Protesto! Os liberais não convidam a cascudos!

Seguiu-se um barulho intenso. O vigário retinha o alferes; os liberais interpelavam os conservadores; Patrício Lopes berrava como se o estivessem esfolando; Silveiras gesticulava como um possesso; enfim era um tumulto, uivos, estrépito aumentado pelas gargalhadas de José Francisco, que quase arrebetava de gosto.

Os moleques corriam tontos de um lado para outro e o mesmo Trajano, que sentara-se de lado, estava assustado.

- Silêncio! senhores, silêncio! - gritou com serenidade Sobral. - Estão na minha casa e não consentirei que me desrespeitem. (p. 54)

A esse novo incidente, Sobral intervém, analisando e criticando o ocorrido, e impondo novamente a sua perspectiva de superioridade em relação a seus pares. Observe-se que o tom assumido é ao mesmo tempo didático e repreensivo – ele interfere no sentido de tentar ensinar aos outros como se portar civilizadamente em situações em que isso é necessário:

- Senhor Bretas - atalhou rispidamente Sobral - uso desde já a atribuição que, por proposta de V. S., me concederam os senhores aqui presentes: retiro-lhe a palavra. O senhor não pode continuar. - Apoiado! - disseram quase todos. - Isto, porém,

não é do estilo – protestou Bretas. – Bem sei. Mas não estamos num parlamento, porém simplesmente numa reunião de paz, concórdia e arranjo em que devem ser abolidas as palavras de fel e acrimônia, que V. S. excita com o seu discurso... – Apoiado! – gritou possante maioria. – Instigando os ânimos, sairemos todos daqui brigados e não foi para isso que nos congregamos. – Não, decerto! – Nego, pois, a V. S. o exercício de uma influência nociva às nossas vistas.

O tom não admitia réplica. João Bretas sentou-se verde de raiva e começou a roer com frenesi as unhas e a falar baixinho com um correligionário.

– Noto – disse Sobral sem levantar-se da cadeira – que entre nós existe uma péssima tendência política: é o estampido, a algazarra que produzem as mais simples palavras na boca de um adversário. São logo protestos, gritos quando não estão em perigo nem a honra do partido, nem a dignidade partidária. Saibam ouvir calados as acusações e até as injustiças e respondam com vigor na argumentação, mas calmo no gesto e na voz; do contrário, melhor fora o verdadeiro meio de discutir nesse terreno – o cacete e o bacamarte. (p. 54-55)

O terceiro embate se dá por debaixo e por cima da mesa da reunião, demonstrando o tom grotesco – de um rebaixamento cômico que retira das atitudes qualquer propósito altaneiro:

Os dissidentes tinham-se separado à direita e à esquerda da mesa. Defronte de Mocambira ficara João Bretas, de maneira que, por baixo da mesa, de vez em quando, as compridas pernas do alferes perseguiam as canelas do contrário, que fora obrigado a recolhê-las para os lados da cadeira em que quase ficou montado. Livre da ação de tão perigosas extremidades, não escapava dos olhares torvos e furibundos com que o outro manifestava-lhe o seu rancor. (p. 55)

Os quarto e quinto momentos de choque entre os políticos ocorrem a partir da fala do comendador Mordelli, solicitado por Sobral a expor a proposta da reunião:

O comendador italiano, depois de tomar uma pitada, começou com tom ameno:

– O partido liberal, meus senhores, não convidou ninguém para conchavos. (Sussurro do lado direito.) Os homens que compõem esse partido têm bastante consciência para se

conservar na altura de cidadãos independentes e, como guardas da liberdade, nós...

João Bretas sorriu-se amargamente e, em aparte:

– Então somos nós os tiranos?

Mocambira deu um pssiu estrondoso. – Brasileiros de alguma importância...

Silveiras tossiu como se engasgasse. Mordelli ficou cor de lacre, porém, continuou:

...brasileiros amantes extremosos da pátria, queremos a liberdade, liberdade para todos... – Forrem os seus escravos – interrompeu um conservador sisudo que se conservara até então calado.

Fidélis respondeu pronta e colericamente:

– Queremos a liberdade, mas não prejudicial; nada de prejuízos! Voto contra! Mordelli prosseguiu:

... essa liberdade que nasceu com Cristo... – Deve ser bem idosa! observou José Francisco, rindo-se.

... essa liberdade que resistiu ao canhão, à metralha, fez recuar baionetas, desaparecer legiões...

– Desculpe o nobre correligionário – interrompeu por seu turno Mocambira – mas acho bom que não toque em questões militares. Está avançando idéias impossíveis. Que diz, tenente Fidélis?

Este sorriu-se com ar de quem firmava sua ciência militar em longa prática de campanhas. (p. 55-56)

O discurso do Comendador Mordelli é, segundo a retórica grega antiga, do tipo epidítico, ou seja, representa um tipo de exposição que se vale da eloquência e do aparato como princípios formais de elaboração e não admitiriam, tal como lembra a intervenção didática de Sobral, interrupções dos interlocutores. Se ele “queria decididamente impingir um discurso estudado com antecedência” (p. 56), os cortes que sofre em sua fala o fazem ir contínua e erraticamente de um lado para outro, em função dos motivos desses mesmos cortes.

Mais feliz nos efeitos que provoca no público é o discurso de Anfilóquio Machado, que desde o começo do capítulo já se impõe aos outros. Trata-se de uma outra “superioridade” que incide sobre todos os demais – exceto sobre o narrador e Sobral, que não se deixam atingir por suas artimanhas discursivas. Nesse sentido, já é sugestivo notar o quão motivado é o nome escolhido para ele: a palavra ‘Anfilóquio’ é uma justaposição do prefixo grego *amphí* – que significa algo como ‘ao redor’, ‘de um a outro lado’ – com o elemento de composição de origem latina *loquu* – que quer dizer simplesmente ‘que fala’. O resultado seria algo como ‘que fala com rodeios, sem chegar diretamente ao ponto’. Se

ele não chega, com o discurso que analisarei a seguir, ao cerne da questão da Conciliação, por outro lado, consegue garantir votos para a eleição que pretende disputar proximamente. Mas vejamos antes como a descrição dedicada a sua pessoa já antecipa a alta consideração que goza entre os seus pares políticos:

Dentre todos, prendia naturalmente os olhares a figura do dr. Anfilóquio Machado, jovem de 25 anos, barbado até os olhos, muito baixo, de óculos, fisionomia grave, gesto comedido e andar compassado. Bacharel em Direito, saído da escola no ano anterior e filho de um fazendeiro riquíssimo, era candidato à Assembléia Provincial, onde pretendia, com a vastidão de seus conhecimentos, com sua ciência legitimamente infusa, assentar as bases de uma obrigatória eleição à Câmara dos Deputados para aí aspirar francamente a qualquer das pastas do ministério, que sua oposição derrubasse. Mais loquaz do que eloqüente, falava com energia; entretanto, o seu grande meio de ação era o silêncio, silêncio precursor de ameaças oratórias e do qual surgia de repente um discurso tão erigido de citações, tão cheio de erudição que raros o ouviam de sangue frio. A sua reputação era também imensa, e muitos dos seus coprovincianos supunham-se já credores de gratidão para com esse ilustre homem, só porque, às vezes, dignava-se ele apertar-lhes a mão e até dirigir-lhes a palavra. Por isso recebia comumente o tratamento de Excelência, que ele aceitava como homenagem ao seu talento e à sua incontestável superioridade. (p. 52)

Tal descrição não é isenta de juízos de valor. A fina ironia com que a personagem é descrita alude a uma prática parlamentar muito prezada no Brasil à época: a loquacidade e o emprego acentuado de citações, o que traz como resultado uma mistura de embevecimento e de silêncio. Durante o longo discurso da personagem (cf. p. 57-59), o ouvinte só não se cala maravilhado porque emite expressões de encantamento – as variações de um “Que talento!” (p. 58) são constantes, sem que se dê a percepção de que o discurso é, na verdade, vazio de conteúdo. Trata-se de uma estratégia discursiva que, mais do que convencer pelo que se diz, persuade pelo modo como isso é feito. E o narrador não deixa de apontar os traços dessa estratégia ao dizer, por exemplo, que tudo aquilo era uma “torrente de palavras retumbantes, mas quase sem nexos”. (p. 59) E além do narrador, a única personagem que não se deixa “abater” totalmente pelo discurso é o anfitrião: “Só conservava-se impassível Sobral, bem que movimentos de impaciência

denunciassessem que o seu estado interno não era o mesmo que o aparente.” (p. 59)

Aliás, este propósito crítico já vinha anunciado desde antes do início do capítulo propriamente dito: as epígrafes já dão conta de sugeri-lo. Eis o que os clássicos Pe. Manuel Bernardes e Longino, em posição de epígrafe, têm a dizer a esse respeito:

Sucedeu que diante d’el-rei Agis que era lacedemônio, um embaixador dos Abderitas se alargou tanto em falar, que parece não achava porta para se sair da oração ou arenga. Enfim acabou, e perguntando que resposta havia de dar da sua embaixada, respondeu o rei: Direis que quanto tempo quisestes para falar, tanto vos ouvi calando. (Padre Manuel Bernardes – Nova Floresta)

É certo que a empolgação não é menos viciosa no discurso do que no corpo. Ela nada mais tem do que falsas exterioridades e aparência enganadora; dentro é oca e nula, pois, como muito bem diz-se: nada há mais seco do que um hidrópico. (Longino)

A comédia de Taunay *Por um triz coronel*⁹ é um provérbio, ou seja, uma pequena comédia que trata do desenvolvimento do seu subtítulo (ele mesmo um provérbio) *Tua a figueira e eu à beira*. A cena se passa “em fins de julho de 1868”, “em Itatuboca, na província de...”. O ano é significativo, como veremos, mas o lugar é uma cidadezinha brasileira qualquer, numa província qualquer. E essa indefinição também é significativa, já que a história, por se basear nas oscilações das vantagens políticas locais provenientes das oscilações do poder na Corte, poderia acontecer em qualquer lugar do Brasil em que as notícias chegassem. (E talvez ela seja, salvo engano, uma das raras histórias de Taunay que, apesar de acontecer em pleno período da guerra contra o Paraguai, não menciona em nenhum momento o acontecimento bélico). Veremos também por que o eu e o tu do subtítulo são perfeitamente intercambiáveis, tal como era a assunção do poder pelos partidos políticos, principalmente durante alguns momentos críticos do Governo Imperial.

A história se dá, tal como na comédia anterior escrita por Taunay¹⁰, sempre numa mesma tarde e no mesmo lugar, e ao redor de uma mesma ação principal. Uma outra analogia possível entre as duas é a da definição final pelo casamento feliz, fruto das conseqüências da trama. Uma diferença marcante entre elas, por sua vez, se observa no ritmo do diálogo entre as personagens: aqui ele é mais intenso e mais rápido, representativo da apreensão e da euforia diante da iminência da chegada de notícias politicamente (des)vantajosas.

Tudo se passa na casa de Antonio Praxedes, líder liberal local, que vive com sua mulher, D. Genoveva, a filha Albertina e o filho Dr. Luiz, recentemente egresso de Paris, para onde tinha ido a fim de estudar medicina, e de onde voltou muito nostálgico e com um diploma “ajustado com o professor Schamilanski da Universidade de Iena”, o que dá a medida da charlatanice. As outras personagens são Gualberto Ramos, tido como o líder conservador da localidade - adversário, portanto, de Praxedes -, seu filho Raymundo, apaixonado por Albertina e pretendente à sua mão, e Fiúsa, o procurador de causas que vive à sombra do situacionismo. E de onde vem o humor da peça?

Praxedes vive com grande ansiedade a expectativa da chegada de uma carta do Governo Imperial, na qual constaria o registro de sua nomeação como “coronel comandante da guarda nacional de Itatuboca” (p.61), em recompensa pelos serviços prestados ao então ministro da justiça nas recentes eleições junto ao Partido Liberal - o que se pode ler, na seguinte fala da personagem: “em atenção aos serviços que eu lhe prestara particularmente, isto é, como amigo, na última eleição... *(Mudando de tom)* De fato gastei bem bons cobres... lá isto gastei!” (p. 60). Chegada a carta, e preparada a festa popular que deve parecer uma “manifestação espontânea”, mas que é minuciosamente preparada por Praxedes, tudo se inverte repentinamente: na verdade, o que chega é a nomeação do líder da oposição Gualberto para o mesmo cargo, e a conseqüente possibilidade do casamento da filha Albertina com Raymundo, filho do conservador.

1868 é o ano em que há o gesto abrupto e inédito de D. Pedro II de demitir o gabinete liberal de Zacarias de Góis, majoritário no Parlamento, e recém-empossado. Alfredo Bosi nos ajuda a entender as repercussões do acontecimento:

A decisão, embora traumática, não feria a lei maior, figurando entre as atribuições do Poder Moderador. Mas o seu efeito foi o de um catalisador de forças dispersas. E são as ressonâncias do ato que compõem a nova situação (...). A reação dos políticos, da imprensa, dos intelectuais, dos centros acadêmicos em todo o País, aparece como uma cadeia de elos significativos e remete à pergunta pelos valores em causa. (BOSI, 1992, p.223)

Os “valores em causa” são o motivo histórico para a elaboração ficcional da peça e a fonte da qual origina muito do seu humor - a falta de constância no poder, a indefinição ideológica dos partidos políticos, o desinteresse e o desprezo de Luiz por tudo que diga respeito ao Brasil, as tentativas de Praxedes de ver interesse e empenho onde eles não existem, os mal-entendidos entre os dois, o quotidiano pacato e

provinciano de pessoas que pautam a sua vida na dependência de notícias que vêm de fora, a recusa em aceitar um casamento entre membros de famílias cuja filiação partidária, apesar de ideologicamente indistinta, é oposta: eis os valores que movem a trama em suas investidas cômicas e que vão ser detalhados a seguir.

A adesão, simpatia ou filiação a este ou àquele partido não advêm de uma definição ideológica por estas ou aquelas idéias. A distinção entre conservadores e liberais se define por outros meios, que não os ideológicos, e são sobretudo de ordem pessoal. Como vimos, este tema já havia sido explorado ficcionalmente por Taunay, e sempre pelo seu viés cômico:

PRAXEDES: (...) Não quero parecer-me com o tal compadre Gualberto... um esquisitão conservador. Fica certo, Luiz, que ele nem sabe por que é conservador... Quanto...

LUIZ (interrompendo): Assim como o Sr. não sabe por que é liberal...

PRAXEDES (com ingenuidade) Lá isto é verdade. (Emendando-se) Não... espera. Parece que me espichei... Você atrapalhou-me... (p. 60)

Por sua vez, o argumento alegado para inviabilizar o casamento de Albertina e Raymundo é o respeito à pretensa fidelidade partidária. A resistência à idéia desta união pretende se valer até mesmo do sacrifício pessoal em nome do partido, o que é inconcebível nos termos em que a indefinição partidária se coloca:

D. GENOVEVA: (...) Vim só avisar-te que o filho do compadre Gualberto acaba de chegar... está lá dentro com Albertina...

PRAXEDES: Hum! Muito mistério e cautela com esse sujeitinho... Não é mau moço, não senhora... mas enfim debes lembrar-te do que hoje conversamos... Não é partido para Albertina...

D. GENOVEVA: O mal é que a menina está muito inclinada...

PRAXEDES: Venha a patente e mostrarei ao tal compadre que um coronel comandante da guarda nacional e chefe do partido liberal não tem filhas para casar com caramurus... Busquem gente da sua raça.

D. GENOVEVA: Decerto... decerto!... Mas se houver inclinação?

PRAXEDES (com ar muito importante): Se houver inclinação, falarei à menina em nome dos princípios liberais... Hei de convencê-la. Se for preciso, exigirei um sacrifício às dragonas

do seu pai... Demais, pretendo levá-las breve para o Rio de Janeiro. (p. 65)

PRAXEDES: (...) Lembre-se que entre as nossas duas famílias há um abismo... um abismo muito fundo!

GUALBERTO (pasma): Um abismo?

PRAXEDES: O senhor o disse!

GUALBERTO: Mas que abismo? Não compreendo nada.

PRAXEDES: Que abismo?... A divergência política!... O senhor é conservador, eu liberal! Cada um de nós empunha uma bandeira... Basta de disfarces e contemplações!... Máscaras abaixo, Sr. Gualberto! O senhor deve ser inimigo meu... Eu devo ser o seu!...

GUALBERTO (levantando-se): Que histórias são estas, Sr. compadre? Você que nunca fez caso de política... Do meu lado, como bem sabe, só sou político, quando o meu partido está de cima na Corte... No mais, me encolho... me encolho... que ninguém me vê... (p. 74)

O desprezo de Praxedes pelos conservadores é tal que ele chega mesmo a pensar na idéia de descartar o trombone e o bumbo da banda de música, e justamente por serem conservadores. O episódio acontece na cena em que ele e Fiúsa, em meio a inúmeras manifestações de adulação servil, acertam os últimos detalhes da festa popular “espontânea”:

FIUSA (persuasivo): Estive parafusando os meios de impedir mais esta despesa, mas não foi possível!... À última hora, agora mesmo, o trombone e o bumbo recusaram-se a vir tocar na banda de música sem esse pequeno aumento... São justamente dois conservadores... e precisamos comprar aquelas duas consciências...

PRAXEDES: E se dispensássemos esses instrumentos conservadores?

FIUSA: Impossível, amigo (atalhando) oh! desculpe, Excelentíssimo... Uma banda de música sem trombone e bumbo... nunca se viu!...

PRAXEDES: Tem razão, mas quero a coisa bem animada...(p. 69)

A partir de então, a trama sofre uma reviravolta imprevista: a festa começa a acontecer e os gritos são de “Viva o partido conservador!”, “Viva o sr. coronel!”, causando uma grande surpresa e muita decepção

em quem esperava ouvir “Viva o partido liberal!”. Eis a explicação de Fiusa, numa clara manifestação de adesismo oportunista:

FIUSA: O correio acaba de chegar!... Caiu o partido liberal e, no meio da alegria geral, subiram os conservadores... triunfou a moralidade, e o Sr. Gualberto, o nosso chefe e amigo, teve a patente de coronel comandante superior da guarda nacional de Itatuboca... (p. 77-78)

E, apesar de D. Genoveva dizer: “Meu Deus, se isto acaba em matança...” (p. 77), o final é feliz: o casamento de Albertina e Raymundo pode enfim se realizar e o Dr. Luiz consegue a autorização paterna para voltar a Paris: “Sim, querido filho!... Segue... segue para a terra do exílio!” (p. 80). E a posse da figueira é, de novo, uma mera questão de tempo...

O capítulo e a comédia retomam, como espero ter deixado claro, questões cruciais relativas ao momento histórico que envolve os anos de 1853 e 1868. A transição que marca estes períodos é tratada sob o ponto de vista exclusivamente político, nas indefinições ideológicas e nas conseqüências para a nação da oscilação abrupta entre os partidos que ocupavam o poder na época. Se no capítulo do primeiro e desconhecido romance do escritor o projeto da Conciliação partidária entre os liberais – os chamados “luzias” – e os conservadores – os “saquaremas” – tem aí explicitadas as razões de seu fracasso, na também pouco conhecida peça teatral, por sua vez, o fenômeno da oscilação entre esses partidos no poder e o da falta de distinção ideológica entre eles ganham um relevo que a comédia, enquanto gênero crítico, só leva a acentuar. Desse modo, o que se constata na visão de Taunay sobre tais aspectos da política partidária brasileira no século XIX é o mesmo tom desesperançoso e pessimista já apontado por Juca de Oliveira em entrevista recente:

Diz-se por aí que os humoristas, aqueles que escrevem comédia, têm uma esperança muito menor. A tragédia é a história do grande, daquele que é um repositário de virtudes. A comédia é o oposto. É o homem defeituoso, que prefere viver sem honra desde que não perca seus privilégios. Então quem escreve comédia, tragicomédia, não tem muita razão para ficar otimista. (OLIVEIRA, 2003, p. 11-12)

Bibliografia

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (2 vol.). 5 ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

DÓRIA, Carlos Alberto. "A política da Conciliação." In: MENDES Jr., Antonio *et al.* (org.). *Brasil História (Texto & Consulta)*. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 299-305.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/INL, 1990.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. 1 ed. São Paulo: Nova Fronteira, s.d.

OLIVEIRA, Juca de. Tiros no poder (Entrevista). *Istoé independente* n° 1766. São Paulo, 06 ago 2003, p. 7-12.

TAUNAY, Visconde de. *Por um triz coronel: tua a figueira e eu à beira*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

TAUNAY, Visconde de. *A mocidade de Trajano*. 2 ed. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1984.